

A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E A ANPEGE

*Dirce Maria Antunes Suertegaray**

RESUMO

Este texto trata da discussão feita nos anos 80 sobre pós-graduação em Geografia no Brasil, apresentando dados referentes à expansão destes cursos a partir do ano de 1996. Contempla também as questões ainda em discussão, referentes à consolidação desta modalidade de ensino no campo da Geografia, posto que, expõe algumas das dificuldades que constituem a pauta sobre este tema. Informa, ainda, sobre o papel da Anpege nesse processo e na consolidação futura dos mestrados e doutorados na área.

PALAVRAS-CHAVE: pós-graduação, papel da Anpege, Capes, qualidade de ensino.

ABSTRACT

This text approaches the discussion about Geography graduate courses in Brazil in the eighties. It presents data regarding the expansion of such courses since the year of 1996. It indicates the subjects still in discussion concerning the consolidation of this teaching modality in the field of Geography, since it introduces some of the difficulties which constitute the discussion on this theme. It informs about the role of Anpege in this process and in the future consolidation of graduate courses in the area.

*Prof.ª Dra. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KEY-WORDS: graduate courses, the role of Anpege, Capes, teaching quality.

Para encaminhar a discussão sobre pós-graduação em Geografia e os 10 anos de Anpege, buscaram-se alguns textos escritos por colegas, profissionais da Geografia, que em outros momentos abordaram a temática em nosso campo do conhecimento. O resgate destes textos teve como objetivo lembrar o que era colocado como questões fundamentais, à época, e, tomando-os como referência, refletir sobre o que foi construído e o que ainda é objeto de discussão na busca de consolidação da pós-graduação em Geografia no Brasil. Uma das questões abordadas nos anos 80 diz respeito ao surgimento e a necessidade de consolidação da pós-graduação em Geografia. A esse respeito, percebe-se uma significativa distribuição espacial dos cursos. Entre os anos 60/70, teve-se a criação do mestrado na USP, a institucionalização da pós-graduação, a criação do curso de mestrado na UFRJ (1972) e na UFPE (1976). Dando continuidade, nos anos 80 houve a consolidação do mestrado e do doutorado na USP, a abertura do doutorado na Unesp-Rio Claro (1983) e, posteriormente, na UFRJ (1985).

Dos anos 80 em diante, evidenciou-se uma crescente expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia. Para demonstrar essa continuidade da expansão e maior distribuição espacial em território nacional, tomam-se como referência os dados da Capes, disponíveis na rede, em sua página institucional. Optou-se por abordar dois anos, o de 1996 e o de 2001, acrescentando a estes, os dados de 2003.

As tabelas 1 e 2 indicam o número de programas por unidade da federação. Ao observar os dados de 2001, é possível verificar um crescimento significativo. Em cinco anos, o número de cursos cresceu de 11 (1996) para 21 (2001), sendo que deste conjunto, em 1996, apenas 3 programas tinham doutorado (USP, Unesp e UFRJ). Para o ano de 2001, têm-se entre os 21 programas, 7 com curso de mestrado/doutorado, sendo eles: USP (2), Unesp (2), UFRJ (1), UFF (1) e UFSC (1). A distribuição dos cursos de doutorado permanece concentrada na região Sudeste, enquanto os cursos de mestrado apresentam uma trajetória de descentralização.

Unidade da Federação	Número total de cursos
Bahia	1
Goiás	1
Minas Gerais	1
Pernambuco	1
Rio de Janeiro	1
Sergipe	1
Santa Catarina	1
São Paulo	4
Total	11

Fonte: CAPES, 2003.

Tabela 1: Número de programas de pós-graduação em geografia por unidade da federação - 1996.

Unidade da Federação	Número total de cursos
Ceará	1
Minas Gerais	2
Paraná	3
Bahia	1
Rio de Janeiro	2
Goiás	1
Pernambuco	1
Rio Grande do Sul	1
Rio Grande do Norte	1
Santa Catarina	1
Sergipe	1
Distrito Federal	1
São Paulo	4
Total	21

Fonte: CAPES, 2003.

Tabela 2: Número de programas de pós-graduação em geografia por unidade da federação - 2001.

Para uma melhor visualização desta distribuição foram elaborados dois mapas (figuras 1 e 2). A comparação destes mapas permite perceber uma descentralização dos cursos. Tomando como referência o ano de 2001 comparativamente a 1996, verifica-se a presença de programas de pós-graduação em 15 unidades da federação. Entretanto, a distribuição ainda não é equitativa, considerando que nas regiões Norte e Centro-Oeste não têm programas instalados.

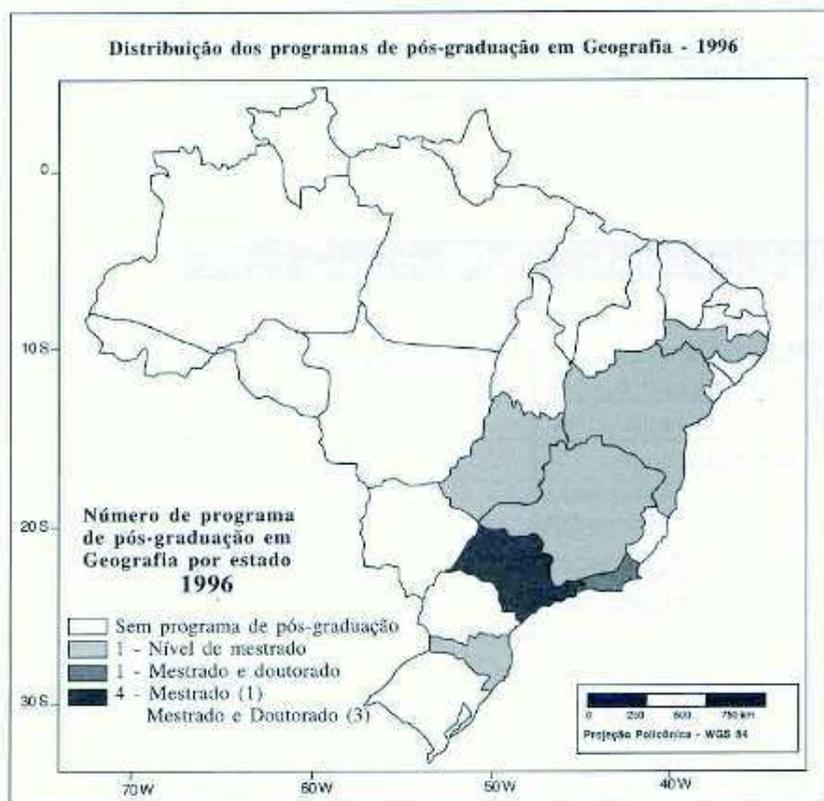


Figura 1: Número de programas de pós-graduação em geografia por estado.
Fonte: CAPES, 2003.

Os dados de 2003 (tabela 3) indicam a mudança nesse panorama, com a constituição do mestrado na UFMT e a constituição do doutorado na UFMG. A estes foi acrescido um novo programa/curso de mestrado na UERJ, na UFMS, além do mestrado e doutorado em Campinas. Permanece a região Norte sem programa implantado.

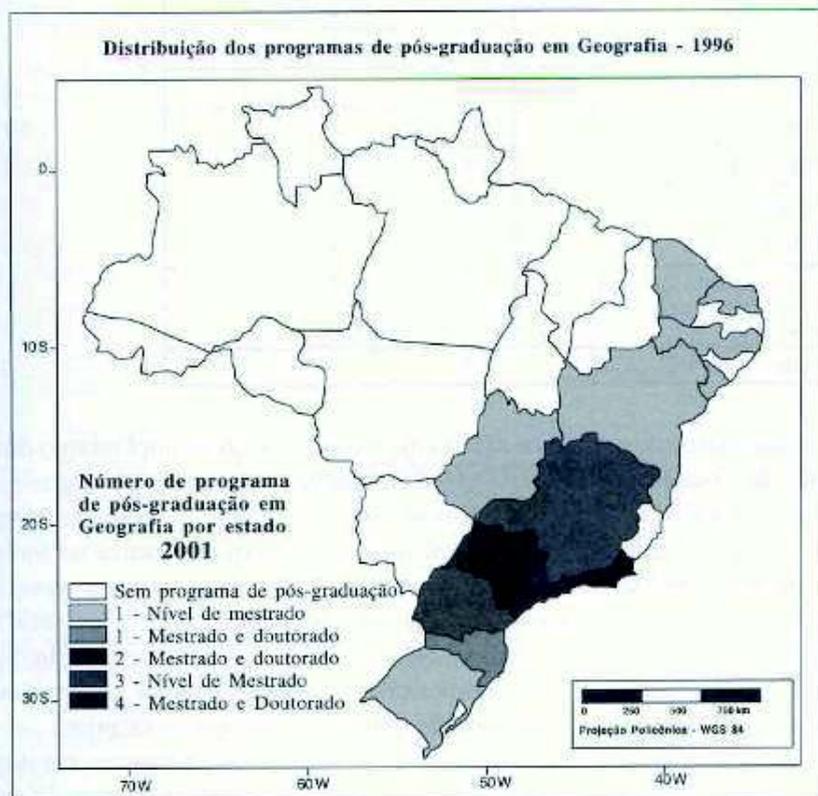


Figura 2: *Número de programas de pós-graduação em geografia por estado.*
Fonte: CAPES, 2003.

Unidade da Federação	Número total de cursos
Ceará	1
Minas Gerais	3
Paraná	3
Bahia	1
Rio de Janeiro	3
Goiás	1
Pernambuco	1
Rio Grande do Sul	2
Rio Grande do Norte	1
Santa Catarina	1
Sergipe	1
Distrito Federal	1
São Paulo	5
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	1
Total	26

Fonte: CAPES, 2003.

Tabela 3: Número de programas de pós-graduação em geografia por unidade da federação - 2003.

Uma análise destes dados mostra que houve avanço na implantação de programas de Geografia. GALVÃO (1987), fazendo referência às disparidades, indicava à época que, em nível regional, as diferenças se mantinham, considerando que um elevado percentual de cursos de Geografia estava no Sudeste. Esta expansão foi facilitada pelo crescimento da pós-graduação nas universidades cujos cursos já estavam consolidados nos anos 80 na USP e Unesp/Rio Claro, seguidos da UFRJ. Estes três centros, em maior ou menor proporção, foram os irradiadores da formação geográfica brasileira, em termos de pós-graduação, logicamente associados ao conjunto de doutores titulados no exterior.

Esta formação era a condição para a expansão de programas em dimensão nacional. Observa-se, no entanto, que sobre esta questão certas dificuldades ainda são apresentadas. Para avaliar a dimensão dos programas, os dados relativos ao número de professores por instituição (tabela 4).

Tabela 4: *Número de docentes, redução e acréscimo entre os anos de 1996 e 2001 nos programas de pós-graduação em geografia por instituição de ensino superior.*

Instituições	Número total de docentes - 1996	Número total de docentes - 2001	Redução/Acréscimo de docentes
FUNECE		18	
PUC/MINAS		14	
UEL		12	
UEM		22	
UFBA	10	07	-03
UFF		12	
UFG	15	12	-03
UFMG	11	16	4
UFPE	14	08	-6
UFPR		12	
UFRGS		12	
UFRJ	25	29	4
UFRN		08	
UFSC	22	32	10
UFSE	21	20	-1
UFU		20	
UNB		08	
UNESP	91	77	-14
USP	49	53	4
Total	258	392	

Fonte: CAPES, 2003.

Em relação ao número de docentes, é possível observar uma certa semelhança entre os três grupos percebidos: o das instituições que mantêm o programa com um número de professores entre 10 e 20, seguido de outro grupo (intermediário), cujos programas apresentam de 20 a 30 professores e, finalmente, o grupo de programas que têm mais de 30 professores. Ao comparar a

demanda de professores entre os anos de 1996 e 2001 - levando em conta as instituições que já mantinham programas desde 1996 - observa-se um dado importante: para o conjunto dos 9 programas, 5 tiveram redução de seu quadro de professores. Esta questão remete à reflexão sobre a crise da universidade e seu decorrente enxugamento - durante a década de 90, às sucessivas discussões e mudanças no sistema previdenciário, entre outros elementos, como a oferta de emprego aos professores titulados em universidades particulares em expansão, que necessitavam qualificar seus quadros por força da Lei de Diretrizes e Bases, aprovada nesta década. Esta questão continua delicada, considerando que o grau de incerteza sobre os rumos da universidade, sobre a previdência e os direitos dos trabalhadores está implicando, neste momento, nova onda de aposentadorias. Seguramente, este panorama trará conseqüências futuras, favorecendo a redução de professores nos cursos de pós-graduação, em particular na Geografia, cujo incremento data dos anos 80 e, especialmente, anos 90 em muitos dos Departamentos. Esta questão exige vigilância à consolidação tão desejada e vincula-se à permanência e/ou ampliação dos quadros docentes.

Em artigo publicado em 1987, Galvão, ao se referir à desigualdade regional na distribuição dos cursos, escreveu:

Essa situação não representa, necessariamente, o nível de qualidade do professorado de geografia nas diversas universidades, mas a fraca representatividade numérica dos efetivamente qualificados em cada uma. Disso decorre a necessidade inquestionável de solidificação e ampliação dos centros já existentes, aos quais cabe prover a capacitação de quadros para as demais unidades universitárias. (GALVÃO, 1987, p. 29).

Este parece ter sido o caminho perseguido desde então. A qualificação se ampliou com um esforço extremamente grande para aqueles que se dispuseram em realizar seus doutorados, como para aqueles que, permanecendo nos departamentos, assumiram redobrados compromissos para que essa qualificação ocorresse em curto espaço de tempo. A título de exemplo, cabe lembrar a minha experiência recente. Ao final dos anos 80, mais precisamente 88, contava o departamento em que trabalho, com um doutor. Ao final da década de 90, início de 2000, já éramos 10. Este esforço, entretanto, é apenas o começo e, na

atual conjuntura, a consolidação não depende apenas deste quesito. A partir da implantação da avaliação e da nova lógica de produção científica, outras são as demandas para a efetiva consolidação dos programas.

Outra dimensão apontada como preocupante, nos anos 80, diz respeito à qualificação discente. As críticas da época indicavam um despreparo dos discentes para a pesquisa. Este baixo desempenho é apontado, nesse momento, como a causa do elevado número de abandono dos cursos, do elevado número de trancamento de matrículas e o tempo excessivamente longo para elaboração de dissertações e teses.

A implantação do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação e sua reformulação nos anos 90, toma, entre outros elementos, o desempenho dos alunos como quesito de avaliação dos programas. As tabelas 5 e 6 apresentam dados relativos ao número de alunos no mestrado e doutorado por instituição, o número de titulados no ano, os abandonos e o tempo médio de duração do curso.

Tabela 5: Número de discentes, titulação, abandono e tempo médio nos programas de pós-graduação em geografia por instituição de ensino superior - 1996.

Instituição	Matriculados do ano		Titulados		Abandonos		Tempo médio de titulação	
	M	D	M	D	M	D	M	D
UFBA	15	0	0	0	3	0	0	0
UFG	7	0	0	0	0	0	0	0
UFMG	18	0	8	0	0	0	36	0
UFPE	27	0	7	0	2	0	36	0
UFRJ	82	27	16	2	2	3	44	30
UFSC	60	0	13	0	3	0	53	0
UFSE	17	0	9	0	0	0	46	0
UNESP	105	46	20	6	4	0	54	58
USP	200	181	39	27	8	8	69	84
Total/Média	531	254	112	35	22	11	54	76

Fonte: CAPES, 2003.

Tabela 6: Número de discentes, titulação, abandono e tempo médio nos programas de pós-graduação em geografia por instituição de ensino superior - 2001.

Instituição	Matriculados do ano		Titulados		Abandonos		Tempo médio de titulação	
	M	D	M	D	M	D	M	D
FUNECE	20	0	8	0	0	0	30	0
PUC/MG	45	0	11	0	0	0	41	0
UEL	0	0	0	0	0	0	0	0
UEM	33	0	13	0	0	0	29	0
UFBA	36	0	11	0	0	0	35	0
UFF	26	0	11	0	0	0	25	0
UFG	40	0	10	0	0	0	35	0
UFMG	69	0	17	0	0	0	33	0
UFPE	25	0	4	0	0	0	34	0
UFPR	31	0	15	0	1	0	31	0
UFRGS	64	0	11	0	2	0	33	0
UFRJ	75	105	24	5	7	5	40	62
UFRN	9	0	0	0	0	0	0	0
UFSC	68	21	24	0	0	0	35	0
UFSE	27	0	3	0	2	0	32	0
UFU	100	0	30	0	1	0	29	0
UNB	28	0	11	0	0	0	30	0
UNESP	122	64	47	11	1	0	43	52
USP	158	176	48	42	0	0	53	62
Total/Média	976	366	297	58	14	5	37	60

Fonte: CAPES, 2003.

O ano de 2001 revela um aumento significativo do número de alunos matriculados, passando de 531 - nos cursos de mestrado -, em 1996, para 976, em 2001. Da mesma forma, o número de alunos no doutorado que, de 254 matriculados, em 1996, chegou a 366, em 2001. Ao mesmo tempo, temos

uma redução no abandono de 22, em 1996, para 14, em 2001, no conjunto dos cursos. Na seqüência, é também visível a queda no tempo de realização do curso. O tempo médio de duração para o conjunto dos cursos foi, para o mestrado, de 54 meses, em 1996, para 37 meses, em 2001. Para o Doutorado, têm-se 76 meses em 1996, para 60 meses em 2001. Se for retomada a discussão dos anos 80, fica a questão: o que estes dados revelam? Acredita-se que possa ser pensado que a qualificação discente melhorou. Entretanto, cabe lembrar da existência da avaliação de desempenho dos cursos. Esta tem sido sempre uma questão polêmica, pois, se de um lado a redução do tempo pode indicar qualificação, de outro o tempo, cada vez menor, pode indicar trabalhos menos qualificados. O gráfico (figura 3) apresenta visualmente esta redução no tempo que, embora tenha sido diminuído, é motivo, ainda, de questionamentos.

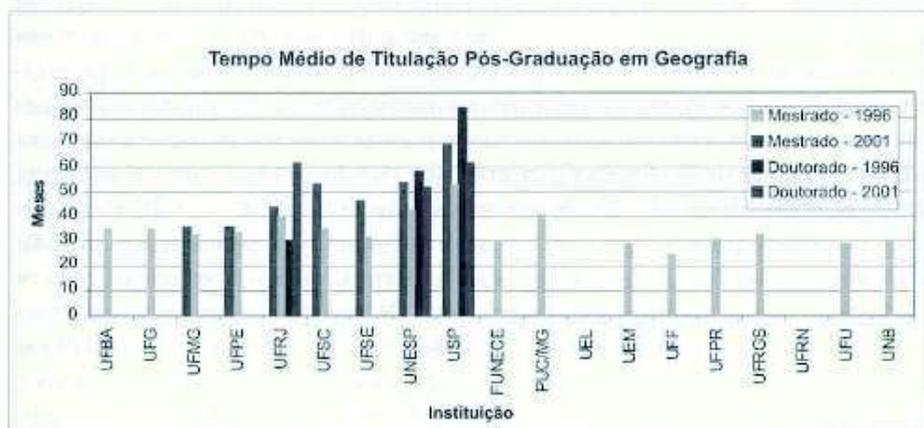


Figura 3: Gráfico do tempo médio de titulação pós-graduação em geografia.
Fonte: CAPES, 2003.

CERON E SANCHEZ (1987) indicavam, ao fazer referência à pós-graduação, o apoio necessário das Universidades, o intercâmbio de pesquisadores, o aperfeiçoamento de docentes vinculados aos cursos de pós-graduação e às bolsas para pós-graduandos, como constituintes fundamentais para o fortalecimento da área.

lecimento dos programas. Era perceptível o pouco interesse institucional, ou seja, pouco empenho por parte das universidades em promover a criação de programas. Informam os autores que, nesta época, muito dos cursos organizados derivavam da iniciativa de grupo de professores em diferentes instituições. Uma reflexão sobre esta questão expõe uma perspectiva de mudança na construção do ensino superior de pós-graduação, assumida desde o Decreto 93668/86, que instituiu o 3.º Plano Nacional de Pós-Graduação. Observa-se na década de 90, particularmente nos últimos anos, um progressivo estímulo à criação de novos programas, considerando que esta importância é resultado da busca de excelência, elemento fundamental na discussão sobre os rumos da universidade, das políticas de ampliação de aporte de recursos, bem como do desenvolvimento da pesquisa.

Outro elemento observado é a necessidade de intercâmbio como instrumento de fortalecimento dos programas, opinião também expressa por ANDRADE (1989), mas pouco valorizada na época, merecendo, hoje, ser debatida. Considera-se que houve avanço em parte, mas há muito que se fazer no sentido de promover o intercâmbio, seja em território nacional, seja internacional. O grande elemento restritivo ao intercâmbio deriva dos recursos cada vez mais escassos. Esta situação promove prejuízos, inclusive quanto à constituição de bancas de avaliação dos alunos que concluem mestrado e doutorado, sendo o intercâmbio a forma de minimizar a questão, frente à falta de recursos. O convite à participação, em muitos lugares, implica também em convidar o professor para, além da participação na banca, uma aproximação com os discentes desses cursos por meio de palestra. No que se refere aos intercâmbios internacionais, observa-se um esforço de construção, em geral, associado às universidades com programas mais consolidados. Não obstante, como esta é uma questão presente entre os quesitos da avaliação dos programas, um esforço de encaminhamento nesse sentido é observado.

Em relação ao aperfeiçoamento docente, verificam-se também novas possibilidades, embora, dependendo de recursos em maior número, nos últimos anos, têm-se possibilidades de participação com a ampliação de bolsas de pós-doutorado, da efetivação de convênios e/ou participação de professores nos diferentes congressos de âmbito internacional. Deve-se destacar a possibilidade de aproximação que resulta do uso cada vez maior da rede de computadores mundiais.

Por fim, cabe destacar a questão das bolsas. Estas, ainda que necessárias, têm sofrido um decréscimo relativo, considerando o aumento significativo de alunos que procuram os cursos de pós-graduação. Acresce-se a isto o fato das bolsas estarem vinculadas ao processo avaliativo e sua distribuição depender da nota atribuída ao curso. O problema é efetivamente sério, porque os cursos recebem um contingente de alunos muito superior ao número de bolsas, sendo que a grande maioria realiza seus cursos (pelo menos esta é a realidade da pós-graduação em Geografia da UFRGS) sem obter recursos e vinculados ao trabalho. Isto promove um dos grandes dilemas que se tem acompanhado: de um lado a exigência de redução de prazos, de outro a dificuldade de diminuí-lo, dado que o sobretabalho é a característica de um grande número de nossos alunos. Este dado indica que se está num processo de ampliação de procura, em virtude das exigências da sociedade atual. Esta demanda decorre da necessidade, cada vez maior, de especialização/diversificação do conhecimento. Em relação à universidade, diferentemente dos anos que antecederam os 90, a titulação hoje é condição para o ingresso.

Ao mesmo tempo em que se amplia a procura, o quadro de professores, em muitas instituições, é pequeno e, a infra-estrutura de laboratórios e bibliotecas deixa a desejar. Continuamos com o dilema consolidação/expansão presente, ainda que a configuração espacial tenha mudado. Esta consolidação deverá ocorrer, pois cabe lembrar que esse processo de significativa expansão não tem mais do que duas décadas.

A ANPEGE E A CONSTRUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A Anpege, criada em 1993, comemora dez anos de fundação como uma associação que se organizou com o objetivo de estimular a discussão e incentivar o desenvolvimento da pesquisa em Geografia no Brasil. Sua construção não foi algo fácil e, na época, muitas vozes foram contra a sua organização. Passado esses dez anos, ainda que seu trabalho seja feito com muita dificuldade, é possível observar ganhos com sua criação. Estes avanços dizem respeito à discussão constantemente presente nos eventos que organiza sobre a pós-graduação em Geografia e a sua consolidação, bem como da pesquisa e sua divulgação.

Coube à Anpege, nestes 10 anos, aglutinar o debate, construindo espaços como estes. Antes de se estabelecer não havia um espaço de discussão dos problemas que, em maior ou menor medida, formam a realidade dos programas de pós-graduação. Pouco se conhecia e pequeno era o intercâmbio. Hoje, ao observar sua atuação podem-se perceber sua dinâmica. Cabe lembrar aqui a atuação de professores e coordenadores na discussão sobre a avaliação dos programas. A participação da Anpege incluiu, além de sugestões, a indicação de nomes de colegas para comporem a comissão de avaliação. Esta proposta, bem como a aceitação por parte dos envolvidos nesse processo, é uma demonstração da importância de sua atuação. Comprometidos mutuamente, construímos junto à Anpege o espaço de explicitação, esclarecendo, para o conjunto dos programas, os critérios adotados pelas comissões então formadas. Esse partilhar coletivo permitiu que a avaliação levasse em conta muitas das solicitações e as encaminhasse de forma muito próxima da realidade da Geografia brasileira.

No último encontro, no entanto, indicou-se da necessidade de um olhar mais afastado, que permitisse uma crítica propositiva em relação à avaliação dos programas.

Esta questão, entretanto, não é simples, pois sob muitos pontos há concordância no que e como avaliar, e, em outros, a discordância é significativa. Um dos temas polêmicos, registrados nas falas de CARLOS (2001), diz respeito à passividade e aceite das regras de avaliação. Este questiona o sentido da avaliação no que se refere à pesquisa, indicando a mudança no cotidiano da investigação em Geografia, bem como nas demais áreas, na medida em que se abandona o critério de qualidade e se assume a quantidade. Concorda-se plenamente com sua avaliação, considerando-a fundamental, como também se faz necessário discutir o estímulo à construção apressada do conhecimento. Esta questão, aparentemente pequena, revela políticas bem mais amplas e, no fundo, remete à discussão das mudanças ocorridas na universidade e na produção do conhecimento.

As últimas décadas vividas pela universidade expressam uma progressiva crise, posto que se transforma no que diz respeito a várias questões. Em relação à pesquisa, evidenciou-se uma transposição, deixando de ser a universidade a norteadora da pesquisa, para, gradativamente, ser estimulada pelos órgãos de fomento públicos e/ou privados. A autonomia na pesquisa e, por con-

seqüência, a autonomia da universidade é progressivamente menor, sendo, portanto, cada vez mais regrada de fora. Esta questão merece debate e, no contexto geográfico, cabe perguntar: em que medida este processo vem interferindo na produção e na autonomia da construção do conhecimento em nosso campo?

A divulgação do conhecimento produzido é outro dado a ser considerado. A Anpege, promovendo a organização dos encontros nacionais, criou a possibilidade de divulgação do conhecimento e expansão do debate sobre a produção geográfica brasileira. Professores e estudantes reunidos, ao exporem seus trabalhos, permitem que se construa um conhecimento ampliado, juntamente com o avanço da discussão conceitual, mas muitos são ainda as dificuldades.

Entre os desafios, é interessante lembrar uma tarefa indicada pelos colegas a partir da plenária final do Encontro Nacional de 2001. Trata-se de traçar uma política de pós-graduação em Geografia que seja uma construção conjunta. Alguns esforços foram feitos nesse sentido, em particular, entre os programas da Região Nordeste. Uma leitura desse documento, construído para subsidiar a então proposta, revela pontos significativos que não serão abordados na sua totalidade aqui, e sim referidos de forma geral, no sentido de encaminhar a discussão, pois dez anos de Anpege estão a exigir um passo a frente. Entre os pontos nominados, muitos são recorrentes e fazem parte de nossa pauta desde os anos 80. A saber:

- Financiamento e verbas públicas;
- Financiamento dos discentes (bolsas);
- Intercâmbios;
- Ampliação do quadro docente;
- Equipamentos e laboratórios;
- Bibliotecas;
- Ampliação da capacitação do discente desde a graduação;
- Fomento a discussão teórico-conceitual;
- Fomento as discussões temáticas;
- Fomento as discussões didático-pedagógicas;
- Produção e divulgação científica;
- Ampliação da discussão sobre estrutura, organização, implantação e avaliação dos programas.

Estas demandas estão implicadas em políticas educacionais mais abrangentes. Daí a necessidade, já indicada por CARLOS (2001), em promover-se o debate sobre nosso trabalho na Universidade e, para além dele, o papel da universidade, do intelectual e da produção do conhecimento no contexto atual. Na ocasião deste debate, em 2001, indicavam-se algumas transformações em nosso cotidiano, reveladoras dessas mudanças. Devem-se ter presentes essas mudanças, elas explicitam políticas mais gerais. Entre elas, para lembrar algumas temos:

- A crescente burocratização do trabalho universitário;
- A transferência de atividades, de setores de apoio, ao professor;
- A responsabilidade do professor individual e/ou em grupo de competir por recursos em âmbito externo;
- A demanda crescente de trabalho externo (público), sem retorno financeiro (avaliações, pareceres, assessorias);
- A obrigatoriedade de ser produtivo, pesquisar, publicar, orientar, administrar.

Estas práticas nos transformam, como já se referia SANTOS (2000), em buroprofessores envolvidos em atividades que impedem a reflexão e a crítica, produzindo-se muita informação e pouca análise criteriosa.

O espaço promovido pela Anpege deve ser fortalecido. Creio que estes dez anos de experiência nos permitem dar a mão à palmatória e perceber que aqui, se nós desejarmos, pode ser construída uma análise criteriosa sobre os rumos da educação superior no Brasil, que possa contribuir para o debate sobre a crise/transformação da universidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. Reflexão a respeito do doutorado em Geografia. Caminhos e descaminhos da Geografia. Campinas: Papius, 1983. p. 75-82.
- CARLOS, A. F. Questões para a construção de uma política de pós-graduação em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. A GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI, 4., 2001, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2001.
- CERON, A. O.; SANCHES, M. C. Pós-graduação: a problemática institucional e suas consequências. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 16-17, n. 31-34, p. 63-68, 1988-1987.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Estatísticas dos programas de pós-graduação. Disponível em: www.capes.gov.br Acesso em 15 de junho de 2003.
- DINIZ, J. A. F. As perspectivas dos cursos de pós-graduação em Geografia. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 16-17, n. 31-34, p. 69-75, 1988-1987.